



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª. REGIÃO

XV CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, PREVIDÊNCIA SOCIAL, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, DIREITO CIVIL - PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES - E DIREITO COMERCIAL.

I N S T R U Ç Õ E S

- I - Verifique se este caderno de prova contém 50 questões.
 - II - Assinale somente a alternativa que entender correta.
 - III - Conforme determinação do E. Tribunal Superior do Trabalho, na Resolução Administrativa nº 73/91, em seu artigo 15 - § 2º, as questões terão o mesmo valor, sendo considerado aprovado o candidato que acertar pelo menos 50 (cinquenta) questões nas duas etapas.
 - IV - Use somente caneta esferográfica azul.
 - V - Não rubrique, nem assine a prova.
 - VI - Faça rascunho nas folhas de questões. Passe nas folhas de respostas, sem rasura.
- DURAÇÃO DA PROVA: 04 horas

B O A S O R T E !

COMISSÃO DE CONCURSO

- MM. Juiz Dr. JOSÉ VICTORIO MORO - Presidente
MM. Juiz Dr. JAMIL ZANTUT
Dr. CÁSSIO DE MESQUITA BARROS JÚNIOR - Membro da OAB
MM. Juiz Dr. GERALDO PASSINI - Suplente de Juiz
Dr. MILTON BASAGLIA - Suplente da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA

- MM. Juiz Dr. JOSÉ SERSON
MM. Juiz Dr. ARGEMIRO GOMES
Dr. ROBERTO MEHANNA KHAMIS - Membro da OAB
MM. Juíza Dra. MARIA APARECIDA PELLEGRINA - Suplente de Juiz
Dr. PAULO DE OLIVEIRA SOARES - Suplente da OAB

Rs-507
CM

- 1) Contrato de experiência iniciado em 1º de abril, de 29 dias, prorrogado por mais 29 dias
 - a) pode ser prorrogado por até mais 32 dias, para completar os 90 dias ()
 - b) pode ser prorrogado por até mais 31 dias, para completar 3 meses ()
 - c) o sistema legal não ampara as duas hipóteses supra ()
- 2) Eliminadas em 6-6-93 as horas extras que vinham sendo praticadas há exatos 5 anos, a Junta de Conciliação e Julgamento pode deferir
 - a) sua incorporação ao salário ()
 - b) uma indenização ()
 - c) a continuação do pagamento como horas extras suprimidas mas sem incorporação ()
- 3) As férias coletivas devem ser precedidas de aviso aos empregados com antecedência de no mínimo
 - a) 15 dias ()
 - b) 20 dias ()
 - c) 30 dias ()
- 4) Quando o serviço é considerado perigoso e também insalubre, o empregado
 - a) recebe sempre o mais alto ()
 - b) deve optar por um dos dois ()
 - c) recebe ambos os adicionais ()
- 5) Nas atividades não essenciais, a greve deve ser antecedida de um aviso com prazo mínimo de
 - a) 24 horas ()
 - b) 48 horas ()
 - c) 72 horas ()
- 6) A jurisprudência sumulada do E. Tribunal Superior do Trabalho é no sentido de que o empregado comerciário transferido depois de mais de dois anos de trabalho noturno para o diurno tem o adicional noturno
 - a) eliminado ()
 - b) incorporado ao salário ()
 - c) indenizado ()
- 7) O adicional de periculosidade pelo trato com inflamáveis é de
 - a) 30% do salário mínimo ()
 - b) 30% do salário efetivamente percebido no mês, inclusive horas extras ()
 - c) 30% do salário básico, não incluindo horas extras ()
- 8) É proibido parcelar férias individuais de empregados na idade de
 - a) menos de 18 e mais de 50 anos ()
 - b) menos de 18 e mais de 60 anos ()
 - c) menos de 18 e mais de 55 anos ()
- 9) O trabalho noturno na atividade pecuária vai de
 - a) 20 horas até 4 horas do dia seguinte ()
 - b) 21 horas até 5 horas do dia seguinte ()
 - c) 22 horas até 5 horas do dia seguinte ()
- 10) A indenização adicional é paga com o valor de
 - a) um mês de salário da data da comunicação da dispensa ()
 - b) um mês de salário de valor vigente no último dia do aviso prévio mesmo indenizado ()
 - c) um mês de salário em valor idêntico ao do aviso prévio mesmo indenizado ()

- 11) O direito de reclamar judicialmente as férias não gozadas do período aquisitivo 20-6-89 a 19-6-90 estará prescrito, para quem ainda é empregado, em
 - a) 19-6-95 ()
 - b) 19-6-94 ()
 - c) em data diversa das duas acima ()
- 12) O recolhimento das custas processuais deverá ser comprovado no prazo de
 - a) 8 dias após a entrada do recurso ()
 - b) 5 dias após a entrada do recurso ()
 - c) as duas afirmativas acima estão erradas, porque o prazo vai até o último dia do octídio recursal ()
- 13) Contestada a reclamação, o reclamante declara que desiste da ação. Em decorrência,
 - a) a Junta arquiva o processo ()
 - b) a Junta julga o processo ()
 - c) nenhuma das duas alternativas supra está correta, pois a Junta deve tomar antes uma providência necessária ()
- 14) Os juros de mora são contados, nos processos trabalhistas agora iniciados
 - a) na base de 1% ao mês não capitalizados além da TR ()
 - b) na base de 1% ao mês capitalizados além da TR ()
 - c) na base da Taxa de Referência sem acréscimo ()
- 15) De decisão interlocutória que manda realizar perícia contábil em processo de liquidação de sentença cabe
 - a) agravo de petição ()
 - b) outro recurso que não o indicado no item anterior ()
 - c) nenhum recurso de imediato ()
- 16) De sentença que julga embargos à execução mantendo o valor fixado em sentença de liquidação, cabe
 - a) agravo de instrumento ()
 - b) agravo de petição ()
 - c) nenhum recurso de imediato ()
- 17) Quando o empregado estável é afastado para fins de propositura de inquérito visando a dispensa por justa causa, a ação deve dar entrada no prazo máximo de
 - a) 30 dias ()
 - b) 60 dias ()
 - c) nenhuma das duas hipóteses acima está correta, pois o prazo é outro ()
- 18) O mandado de citação, no processo trabalhista, dá um prazo para a executada pagar, sob pena de penhora,
 - a) de 24 horas ()
 - b) de 48 horas ()
 - c) de 72 horas ()
- 19) O depósito recursal deve ser comprovado
 - a) no prazo de 5 dias após a entrada do recurso ()
 - b) no prazo de 8 dias após a entrada do recurso ()
 - c) no octídio recursal ()
- 20) A notificação da sentença foi entregue no sábado à parte, pelo Correio; o primeiro dia do prazo recursal é
 - a) o próprio sábado ()
 - b) a segunda-feira ()
 - c) a terça-feira ()

8/5.509
CM

- 21) Salário-família: o filho do empregado completou a idade limite no dia 10 de julho; o salário-família nesse mês será igual a
a) 10/30 (dez trinta-avos) ()
b) 10/31 (dez trinta e um-avos) ()
c) nenhuma das duas afirmativas acima está correta ()
- 22) A empresa deixa de pagar salário-família a aposentado que continua trabalhando, quando ele completa a idade de
a) 65 anos, sendo homem ()
b) 60 anos, sendo homem ()
c) sendo homem, nenhuma das duas afirmativas supra está correta ()
- 23) A contribuição de previdência social para seguro de acidentes do trabalho
a) é descontada dos empregados no 13º mas não nas férias ()
b) é descontada dos empregados no 13º e também nas férias ()
c) nenhuma das duas afirmativas supra está correta ()
- 24) O filho homem apto para o trabalho é considerado beneficiário na condição de dependente do pai empregado, para fins de previdência social, até
a) 14 anos de idade ()
b) 18 anos de idade ()
c) 21 anos de idade ()
- 25) A aposentadoria compulsória pode ser requerida pelo empregador em favor de empregado do sexo feminino que complete
a) 60 anos de idade ()
b) 65 anos de idade ()
c) 70 anos de idade ()
- 26) Indique a afirmativa abaixo que esteja errada:
a) a contribuição de previdência social não incide sobre complementação de auxílio-doença paga pelo empregador ()
b) a contribuição de previdência social não incide sobre um doze-avos do 13º proporcional decorrente do cômputo do período de aviso prévio indenizado ()
c) a contribuição de previdência social não incide sobre reembolso de despesas médicas particulares, feito pelo empregador ()
- 27) Aborto. O repouso da mulher empregada é de
a) 120 dias ()
b) 84 dias ()
c) 14 dias ()
- 28) Empregado que trabalha depois de aposentado e fica 20 dias doente
a) não recebe salário nem auxílio-doença de ninguém ()
b) recebe os primeiros 15 dias de salário do empregador mas não tem auxílio-doença ()
c) recebe os primeiros 15 dias de salário do empregador e os dias restantes como auxílio-doença da previdência social ()
- 29) O salário-família é pago aos empregados
a) com um valor idêntico para todos ()
b) com um valor maior para os que têm desconto previdenciário de 8% e outro menor para os que têm desconto previdenciário de 9 ou 10% ()
c) em três valores distintos, para os que têm desconto previdenciário de 8%, 9% e 10% respectivamente ()
- 30) Auxílio-natalidade: o marido empregado recebe do seu empregador
a) independente do que é pago a sua esposa ()
b) quando a esposa é segurada mas não tem a carência ()
c) quando a esposa não é segurada ()

45.512
Om

- 31) O pagamento total, feito a um dos credores solidários
- a) não extingue sequer parcialmente a dívida ()
 - b) extingue a dívida proporcionalmente ao direito desse credor ()
 - c) extingue totalmente a dívida ()
- 32) Alienada a terceiro coisa vendida e entregue ao concordatário, nos 15 dias anteriores ao pedido de concordata, cabe ao vendedor
- a) pedir a restituição em dinheiro ()
 - b) reivindicar a coisa de terceiro ()
 - c) reclamar o seu crédito na concordata ()
- 33) No Juizado de Pequenas Causas, a empresa X reclama da empresa Y a condenação em dinheiro no valor equivalente a 12 salários mínimos. O Juiz deve
- a) mandar citar o réu ()
 - b) determinar a redistribuição da ação ()
 - c) extinguir o feito ()
- 34) Em ação de procedimento sumaríssimo, X é citado no dia 10, terça-feira, para comparecer à audiência designada para o dia 25, quarta-feira. O mandado de citação foi juntado aos autos no dia 18, quarta-feira e X não compareceu à audiência. O Juiz deve
- a) realizar a audiência e decretar a revelia de X ()
 - b) redesignar a audiência e intimar X ()
 - c) redesignar a audiência e citar X ()
- 35) Duplicata de serviços emitida contra sociedade civil e regularmente protestada por falta de pagamento; o credor pode
- a) pedir a falência contra a devedora ()
 - b) propor a execução cambial contra a devedora ()
 - c) requerer a declaração de insolvência contra a devedora ()
- 36) O motorista de uma empresa de transporte atropela culposamente o pedestre. Responde civilmente
- a) o motorista ()
 - b) a empresa ()
 - c) ambos ()
- 37) X promete ceder para Y a legítima que receberá por morte de seu pai. Este contrato de cessão é
- a) válido ()
 - b) anulável ()
 - c) nulo ()
- 38) Comerciante em nome individual residente em São Paulo, com ânimo definitivo e com estabelecimentos comerciais em Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos; considerar-se-á o seu domicílio civil
- a) São Paulo ()
 - b) Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos ()
 - c) qualquer uma das quatro cidades acima ()
- 39) Insatisfeita com o procedimento de autoridade pública a respeito de matéria que prejudicou os cofres do Município, a empresa devidamente legalizada ajuizou ação popular. O Juiz determina
- a) a citação da autoridade ()
 - b) a extinção do feito ()
 - c) manda emendar a inicial por verificar a ausência do documento essencial, ou seja, aquele que justificou a insatisfação da empresa ()
- 40) Determinada pessoa, servindo como testemunha em Juízo, faz afirmações de interesse para o deslinde da causa que, restando isoladas e frontalmente contrariadas por outras provas, evidenciam o crime de falso testemunho. Após a sentença, ainda pendente recurso, decide referida testemunha retratar-se cabal e expressamente
- a) o fato deixa de ser punível ()
 - b) a retratação constitui circunstância atenuante ()
 - c) a retratação em nada altera a figura do ilícito penal ()

45.511
Om

- 41) O ônibus da empresa X abalroou a traseira do ônibus da empresa Y, ferindo passageiro deste último veículo; acionada pelo passageiro, a empresa pode
- a) denunciar a lide ao motorista da empresa X ()
 - b) denunciar a lide a empresa X ()
 - c) após pagar a indenização propor ação regressiva contra a empresa X e seu motorista ()
- 42) Para os atos da vida civil, o menor com 20 anos, é, quanto à capacidade, considerado
- a) capaz ()
 - b) relativamente incapaz ()
 - c) absolutamente incapaz ()
- 43) Condenado por 5 anos a pena de reclusão, o preso passou a trabalhar para terceiros, costurando bolas. Pelo trabalho, ainda que preso, tem ele direito
- a) ao salário-mínimo ()
 - b) aos depósitos fundiários ()
 - c) à previdência social ()
- 44) Em matéria penal, a reincidência
- a) interrompe o curso da prescrição ()
 - b) suspende o curso da prescrição ()
 - c) duplica o prazo de consumação prescricional ()
- 45) A aplicabilidade jurídica das normas definidoras dos direitos e garantias individuais é
- a) de eficácia contida ()
 - b) de eficácia plena e imediata ()
 - c) de eficácia limitada ()
- 46) O embaixador no Brasil de um Estado Estrangeiro, em face do tratamento dispensado pela Convenção de Viena, em sendo intimado a prestar depoimento como testemunha
- a) poderá recusar-se a atender, em qualquer hipótese, à intimação ordenada pelo Juiz brasileiro ()
 - b) terá de cumprir obrigatoriamente a intimação recebida, sujeitando-se a eventuais sanções cabíveis ()
 - c) somente será obrigado a depor em caso de processos criminais ()
- 47) A renúncia da prescrição, sem prejuízo de terceiros, terá eficácia sendo feita
- a) antes de consumada a prescrição ()
 - b) depois de consumada a prescrição ()
 - c) não terá eficácia ()
- 48) Disposto de ação condenatória, poderá o autor optar por ação meramente declaratória?
- a) tal opção é impossível por falta de interesse processual ()
 - b) não, porque poderá valer-se de pedido de declaração incidente, se o réu vier a contestar o direito que constitui o fundamento do pedido ()
 - c) sim, porque a ação declaratória é sempre admissível ()
- 49) O funcionário público, ocupante do cargo de oficial de justiça avaliador, que se apropria dos bens confiados à sua guarda, comete crime de
- a) apropriação indébita ()
 - b) furto qualificado pelo abuso de confiança ()
 - c) peculato ()
- 50) Ocorre a lesão corporal privilegiada
- a) quando o agente agiu em estado de necessidade ()
 - b) quando as lesões são recíprocas ()
 - c) quando há motivo de relevante valor social ou moral ()